



Ministério das Finanças
e do Fomento Empresarial

Direção Nacional do Orçamento
e da Contabilidade Pública

OE 2022

SINTESE INFORMATIVA DA EXECUÇÃO

ATÉ MAIO

JUNHO

ÍNDICE

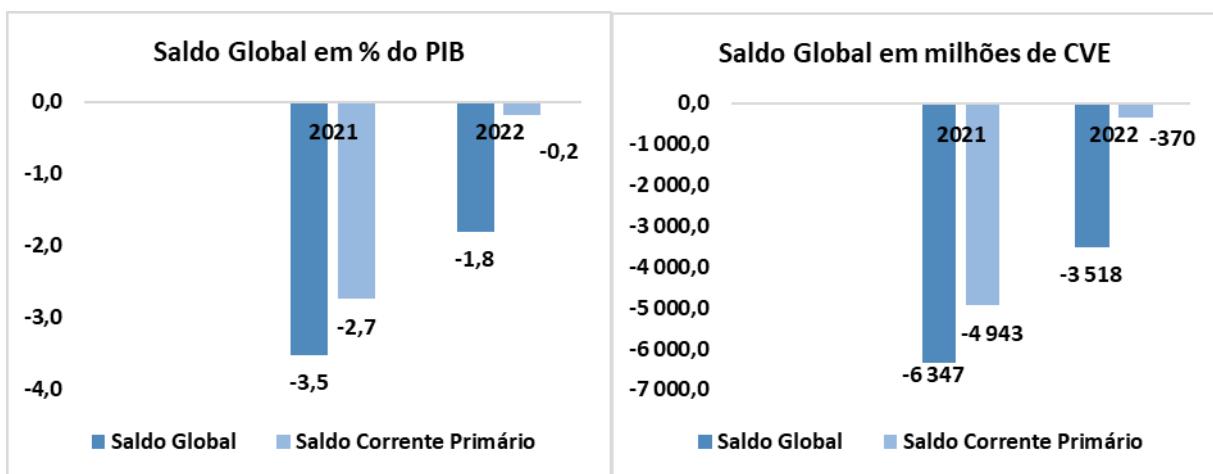
1.	Síntese Geral de Execução Orçamental	3
2.	Análise das Receitas Totais	5
2.1.	Receitas (não inclui venda de ativos).....	6
2.2.	Venda de Ativos Não Financeiros.....	9
3.	Análise das Despesas e Ativos Não Financeiros.....	9
3.1.	Por Classificação Económica.....	9
3.1.1.	Despesas	10
3.1.2.	Ativos Não Financeiros.....	13
3.2.	Por Tipo de Financiamento	13
4.	Projetos em Resposta à Covid-19	14
5.	Dívida Pública	16

1. Síntese Geral de Execução Orçamental

O Saldo Global acumulado de janeiro a maio de 2022 foi de 3.518,3 milhões de CVE negativos, ou seja, um défice de 1,8% do PIB reprogramado para o ano. Esse resultado se traduziu numa diminuição de 1,7 p.p. face ao mesmo período de 2021.

Relativamente ao saldo corrente primário em percentagem do PIB, regista-se uma melhoria de 2,5 p.p., comparativamente ao período homólogo, fixando-se em -0,2%, decorrente da melhoria da performance das receitas arrecadadas, para além da ligeira contribuição ao nível do PIB. No quadro fiscal, os efeitos da guerra na Ucrânia ainda não se fazem sentir nos primeiros cinco meses do presente ano.

Gráfico 1 - Evolução dos Saldos



Fonte: MFFE - DNOCP

Os resultados provisórios da execução orçamental em maio de 2022, comparativamente ao mesmo período de 2021, decorrem:

- do acréscimo das receitas totais em 31,4% (+4.701,5 milhões de CVE), registando uma evolução positiva em diferentes agregados, com exceção das transferências (com destaque aos donativos);
- do acréscimo das despesas totais em 5,8% (+1.213,4 milhões de CVE), registando um agravamento em quase todas as componentes das despesas, com destaque as despesas com o pessoal, Juros correntes, outras despesas, aquisições de bens e serviços, em parte, na sequência da consolidação do processo de bancarização; e

Síntese de Execução Orçamental – maio 2022

- do aumento em ativos não financeiros líquidos em 278,3% (+659,1 milhões de CVE), justificado em grande parte pelo aumento de compras de ativos financeiros nesse período e redução de vendas em relação ao período homólogo.

Quadro 1 - Evolução das Operações Financeiras do Estado

(em milhões de CVE)

	Orç. Ret	2021		2022		Grau Exec.	Tax. Hom
		Mai	Orç. Inicial	Mai			
1. Total Receitas	52 520	14 966	58 196	19 668	33,8	31,4	
1.1 - Receitas Correntes (excluindo donativos)	47 269	14 395	54 215	19 279	35,6	33,9	
Impostos	35 303	12 531	41 184	16 840	40,9	34,4	
Segurança Social	71	26	71	26	36,8	0,6	
Transferências (donativos)	5 250	571	3 982	388	9,8	-32,0	
Corrente	3 877	523	2 820	332	11,8	-36,5	
Capital	1 373	48	1 162	56	4,8	16,4	
Outras Receitas	11 896	1 665	12 960	2 413	18,6	44,9	
2. Total Despesas	63 473	21 077	62 112	22 290	35,9	5,8	
Despesas com Pessoal	24 480	8 839	24 326	9 318	38,3	5,4	
Aquisição de Bens e Serviços	12 292	2 899	12 390	3 266	26,4	12,7	
Juros Correntes	4 485	1 738	5 541	2 220	40,1	27,7	
Subsídios	1 116	570	1 008	462	45,8	-18,9	
Transferências	7 847	2 252	6 663	2 013	30,2	-10,6	
Corrente	7 277	2 217	6 097	1 924	31,6	-13,2	
Capital	570	35	566	88	15,6	149,1	
Benefícios Sociais	9 179	3 781	8 316	3 483	41,9	-7,9	
Outras despesas correntes	4 075	639	3 868	988	25,6	54,6	
Valor a regularizar		358	0	540	-	50,6	
3. Resultado Operacional Bruto	-10 953	-6 110	-3 916	-2 622	67,0	-57,1	
4. Ativos não Financeiros	9 863	237	10 217	896	8,8	278,3	
Compra ativos não financeiros	11 353	761	10 625	1 254	11,8	64,8	
Venda ativos não financeiros	1 490	524	408	358	87,8	-31,7	
5. Global Global (1-2-4)	-20 816	-6 347	-14 134	-3 518	24,9	-44,6	
Saldo global (em percentagem do PIB)	-11,9	-3,5	-7,5	-1,8	-	-	
Saldo Corrente Primário	-7 271	-4 943	1 029	-370	-	-	
Saldo Corrente Primário (em percentagem do PIB)	-4,1	-2,7	0,5	-0,2	-	-	
Saldo global Primário (5+juros)	-16 331	-4 609	-8 592	-1 299	-	-	
Saldo global Primário (em percentagem do PIB)	-9,3	-2,6	-4,5	-0,7	-	-	
6. Financiamento	20 816	7 883	14 134	3 292	-	-	
6.1 Ativos Financeiros	934	-606	-4 363	1 354	-	-	
Empréstimos Concedidos Mi - Amortizações	2 303	15	120	22	-	-	
Empréstimos Concedidos Mi - Concedidos	-2 278	-330	-2 513	-203	-	-	
Acções e Outras Participações Mi - Aquisição	-1 049	-292	-2 651	-951	-	-	
Depósitos Cert. Poup. Mi - Levantamentos	1 958		681	2 485	-	-	
6.2 Passivos Financeiros	19 882	8 489	18 497	1 938	-	-	
 Interno líquido	5 402	7 409	11 412	4 520	-	-	
Sistema bancário		4 549		3 937	-	-	
Empréstimos obtidos Pmi - Amortizações Leasing	-185	-62	-185	-54	-	-	
Despesa por compensar na conta do Tesouro no BCV		252		88	-	-	
Pagamento de Cheques e transferência em trânsito		-602		-762	-	-	
Outras operações de tesouraria		-624		-2 002	-	-	
Sistema não bancário		3 897		3 314	-	-	
 Externo líquido	14 481	1 080	7 085	-2 582	-	-	
Empréstimos obtidos Pme - Aquisições	17 392	2 853	16 089	904	-	-	
Empréstimos obtidos Pme - Amortizações	-2 911	-1 773	-9 005	-3 486	-	-	
7.GAP Financiamento (5 - 6)	0	1 535	0	-227	-	-	

Fonte: MFFE – DNOCP

2. Análise das Receitas Totais

As receitas totais da Administração Central (incluindo vendas de ativos não financeiros) realizadas até maio de 2022 cifraram-se em 20.025,7 milhões de CVE, registando um acréscimo na ordem de 29,3%, comparativamente ao período homólogo.

Quadro 2 - Receitas Públicas Orçamentais

(em milhões de CVE)

Mapa I - Receitas por Classificação Económica	Orç. Ret.	2021		2022		Grau Exec.	Tax. Hom
		Mai	Orç. Inicial	Mai	16 840		
Impostos	35 303	12 704	41 184	38 835	40,9	32,6	
Imposto único sobre rendimentos	9 271	3 643	11 230	3 835	34,1	5,3	
IR-PS	6 026	2 315	6 799	2 519	37,1	8,8	
IR-PC	3 244	1 328	4 431	1 316	29,7	-0,9	
Outros impostos directos	595	167	649	217	33,5	30,2	
Tributo Especial Unificado - TEU	570	167	617	217	35,2	30,1	
Taxa de Incêndio	25	0,2	31	0	0,9	21,0	
Imposto sobre bens e serviços	17 269	5 863	20 129	8 671	43,1	47,9	
Imposto sobre o valor acrescentado	14 010	4 825	15 826	6 734	42,5	39,6	
IVA DGA	7 425	2 955	8 934	3 967	44,4	34,2	
IVA DGCI	6 585	1 870	6 892	2 767	40,1	48,0	
Imposto consumo especial	1 955	608	2 477	1 153	46,5	89,6	
Taxa de Tabaco	133	62,4	323	113	34,9	80,6	
Contribuição turística	248	18	475	298	62,8	1 525,4	
Taxa ecológica	674	239	728	259	35,6	8,5	
Taxa estatística aduaneira	250	111	300	115	38,3	4,0	
Impostos sobre transações internacionais	7 471	2 760	8 407	3 791	45,1	37,3	
Direitos de importação	7 154	2 638	8 067	3 630	45,0	37,6	
Taxa comunitária CEDEAO	317	123	340	161	47,4	31,2	
Outros impostos	697	270	769	326	42,4	20,4	
Imposto de selo	664	262	719	303	42,1	15,7	
Imposto especial sobre jogos	33	9	50	23	45,5	162,3	
Segurança Social	71	26	71	26	36,8	0,6	
Taxa social única	0	0	71	0	0,0	719	
Contribuições para a segurança social	71	26	0	26	-	0,5	
Outras Contribuições	0	0	0	0	-	-3,3	
Transferências	5 250	571	3 982	388	9,8	-32,0	
De Governos Estrangeiros	4 525	154	3 378	202	6,0	31,4	
Ajuda Orçamental	1 029	0	825	0	0,0	-	
Ajuda Alimentar	321	36	300	48	16,0	32,2	
Donativos directos	3 175	117	2 253	154	6,8	31,2	
De Organizações Internacionais	218	237	80	55	68,2	-77,0	
Das Administrações Públicas	508	180	523	132	25,2	-26,9	
Outras Receitas	11 896	1 665	12 960	2 413	18,6	44,9	
Rendimentos de propriedade	4 922	169	5 444	136	2,5	-19,8	
Venda de bens e serviços	5 663	1 358	5 957	2 071	34,8	52,5	
Multas e outras penalidades	212	59	342	92	27,0	56,0	
Outras transferências	314	15	337	55	16,3	264,3	
Outras receitas diversas e não especificadas	785	63	880	59	6,7	-6,3	
Receitas	52 520	14 966	58 196	19 668	33,8	31,4	
Ativos e Passivos	1 490	524	408	358	87,8	-31,7	
Ativos não Financeiros	1 490	524	408	358	87,8	-31,7	
TOTAL RECEITAS	54 010	15 490	58 604	20 026	34,2	29,3	

Fonte: MFFE – DNOCP, a partir do GRE.

2.1. Receitas (não inclui venda de ativos)

Até maio de 2022, as receitas arrecadadas totalizaram o montante de 19.667,7 milhões de CVE, registando um acréscimo de 31,4%, comparativamente ao período homólogo. Esta performance resulta, por um lado, do aumento da arrecadação em sede dos impostos diretos (+43,8%), dos impostos indiretos (+6,4%), segurança social (+0,6%), donativos (-32,0%) e por outro lado receitas em outras receitas (+44,9%).

Em relação aos impostos diretos, é de se destacar que o acréscimo 6,4% decorre da evolução das receitas arrecadadas em sede do:

- Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Singulares, que se situou, no período em análise, em 2.519,3 milhões de CVE, registando uma evolução positiva, em termos homólogos, de 204,1 milhões de CVE (+8,8%). O acréscimo registado em sede do IRPS reflete o aumento das receitas em todas as atividades económicas, excetuando as de eletricidade e de construção civil, e da cobrança de valores de anos anteriores negociados em prestações, cujo montante ascendeu, no período, cerca de 18 milhões de CVE.
- Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Coletivas, que se cifrou, no período, em 1.315,7 milhões de CVE, registando uma evolução negativa em termos homólogos de 12,4 milhões de CVE (-0,9%), dos quais, 790 milhões de CVE provenientes do imposto sobre lucro e 526 milhões de CVE do pagamento fracionado, ficando abaixo da cobrança registada no mesmo período do ano anterior, em 12 milhões de CVE (-0,9%) e da previsão, em 854 milhões de CVE (-39,4%). Os desvios negativos registados tanto em termos homólogos como em termos previsionais refletem, essencialmente, a não cobrança do montante previsto para o mês de maio com a entrega das contas, cujo remanescente ainda por cobrar ascende quase 50,0% do montante declarado pelos contribuintes, ou seja, 571 milhões de CVE.
- Tributo Especial Unificado (TEU), que registou, no período em análise, uma execução de 217,2 milhões de CVE, traduzindo-se numa evolução positiva 50,2 milhões de CVE (+30,1%) em relação ao mesmo período do ano anterior, justificado pelo crescimento das atividades económicas e pelo pagamento de dívidas negociadas em prestações, cujo montante ascendeu os 12 milhões de CVE. Em relação a previsão, a execução ficou abaixo do previsto

em 51 milhões de CVE (-18,9%). O TEU registou, no período, uma média mensal de cobrança na ordem dos 43 milhões de CVE.

- A Taxa de incêndio registou uma arrecadação 0,3 milhões de CVE um acréscimo de 21% quando comparado ao mesmo período de 2021.

Quanto aos impostos indiretos, o acréscimo de 43,8% deveu-se, essencialmente, às variações conjugadas das seguintes rúbricas:

- Imposto sobre o Valor Acrescentado – o IVA registou no período em análise uma execução de 6.733,5 milhões de CVE, traduzindo uma evolução positiva de 1.908,8 milhões de CVE (+39,6%). Por fonte de arrecadação, constatou-se que em sede do IVA-DGA apurou-se um acréscimo de 34,2% (+1.011,9 milhões de CVE), enquanto o IVA-DGCI teve um acréscimo de 48,0% (+896,9 milhões de CVE). Esta evolução positiva reflete o aumento da cobrança em todos os setores de atividades, à exceção do setor da construção civil, sendo de ressaltar, os contributos dos setores de alojamento e restauração (+512 milhões de CVE), da indústria transformadora (+86 milhões de CVE), atividades de transporte e armazenagem (+80 milhões de CVE), das atividades de informação e comunicação (+78 milhões de CVE) e das atividades administrativas e dos serviços de apoio (+68 milhões de CVE). Também é de assinalar a cobrança de dívidas negociadas em prestações, que no período atingiu os 31 milhões de CVE, e o aumento do número de contribuintes que efetivaram o pagamento do imposto, passando de 1.390 em 2021 para 1.538 em 2022.
- Contribuição Turística – a receita totalizou, no período, o montante de 298,0 milhões de CVE, registando uma arrecadação adicional, em termos homólogos, de 279,7 milhões de CVE, representando um aumento exponencial face ao montante cobrado no mesmo período de 2021 (+280 milhões de CVE), refletindo a retoma da atividade turística. O valor médio cobrado em sede deste imposto atingiu, no período, os 60 milhões de CVE, valor próximo da média de cobrança dos anos antes da pandemia, cujas médias de cobrança foram de 67 milhões de CVE em 2017 e 2018, e de 83 milhões de CVE em 2019.

- Impostos sobre Transações Internacionais - essa receita registou um acréscimo de 37,3% (+1.030,4 milhões de CVE), comparado ao mesmo período do ano anterior. Em termos desagregados e em face ao período homólogo de 2021, verificou-se um aumento na arrecadação do Direito de Importação na ordem dos 37,6% (+992,1 milhões de CVE, justificado pelo aumento da importação, mas também pelo agravamento de taxas), e na Taxa Comunitária CEDEAO de 31,2% (+38,3 milhões de CVE).
- Imposto de Selo – a cobrança em sede do imposto teve uma evolução positiva comparativamente ao período homólogo, em 15,7% (+41,2 milhões de CVE). Este imposto não foi afetado pela pandemia e vem mantendo a sua tendência de crescimento, fato que pode ser justificado pelo crescimento das operações financeiras, atividade que foi alavancada com a pandemia.
- Imposto especial sobre jogos - a cobrança em sede desse imposto foi de 22,5 milhões de CVE, registado um aumento de 162,3%. Esta evolução positiva reflete a retoma da atividade turística, por este ser um imposto fortemente condicionado pelo dinamismo desta atividade.
- A Taxa de Tabaco registou uma arrecadação de 112,7 milhões de CVE correspondente a um aumento de 80,6% quando comparado ao período homólogo.
- A Taxa Estatística Aduaneira com uma arrecadação de 115,7 milhões de CVE um acréscimo de 4,0% em relação ao mesmo período de 2021.

Relativamente às transferências (com destaque aos donativos), registou-se uma execução de 388,3 milhões de CVE, traduzindo-se num decréscimo de 32,0% (-182,8 milhões de CVE), em face ao desembolso registado no período homólogo de 2021. Esta performance decorre do decréscimo de transferências provenientes (i) de organizações internacionais (-77,0 milhões de CVE), (ii) das administrações públicas em -26,9% (-48,5 milhões de CVE) conjugado com o aumento das transferências do governo estrangeiros em 31,4% (48,3 milhões de CVE), com destaque ajuda Alimentar e Donativos diretos em 32,2% e 31,2% respetivamente.

No concernente às “outras receitas”, verifica-se um acréscimo de 44,9% (+748,3 milhões de CVE), em face da arrecadação no período homólogo do ano anterior, justificado, essencialmente, pela conjugação das seguintes rúbricas:

- Rendimentos de propriedade (-19,8%; -33,5 milhões de CVE), decorrente da redução de arrecadação das receitas de rendas de outras concessões no setor das pescas;
- Venda de bens e serviços (+52,5%; +712,9 milhões de CVE), impulsionada pelas taxas de prestação de serviços podendo-se destacar taxa de serviços de passaportes, de segurança aeroportuárias, segurança marítima, dos emolumentos dos registos e notariado, emolumentos das custas judiciais, das custas dos registos notariados, dos portos e capitanias bem como serviços de polícia e fronteira; e
- Outras transferências (+264,3%; +39,8 milhões de CVE), sobretudo decorrente de arrecadação de outras receitas eventuais pelos hospitais e pelas Forças Armadas.

2.2. Venda de Ativos Não Financeiros

Em maio de 2022, as receitas provenientes de Ativos Não Financeiros verificaram um decréscimo de 31,7% (-166,2 milhões de CVE) comparativamente a maio de 2021, em face as vendas pontuais registadas no ano passado, nomeadamente venda da aeronave das Forças Armadas e de venda de alguns edifícios e imóveis.

3. Análise das Despesas e Ativos Não Financeiros

3.1. Por Classificação Económica

As despesas totais e a aquisição de ativos não financeiros, em maio de 2022, atingiram 23.544,0 milhões de CVE, registando um acréscimo de 7,8% em relação ao período homólogo de 2021.

Quadro 3 - Evolução das Despesas Totais por Classificação Económica

(em milhões de CVE)

Mapa II - Despesa por Classificação Económica	2021		2022			Tax. Hom
	Orç. Ret.	Mai	Orç. Inicial	Mai	Grau Exec.	
Despesas com Pessoal	24 480	8 839	24 326	9 318	38,3	5,4
Remuneração Certas e Permanentes	22 381	8 253	22 206	8 321	37,5	0,8
Segurança Social	2 098	586	2 120	998	47,1	70,2
Aquisição de Bens e Serviços	12 292	2 899	12 390	3 266	26,4	12,7
Juros Correntes	4 485	1 738	5 541	2 220	40,1	27,7
Dívida interna	3 343	1 339	3 413	1 364	40,0	1,8
Dívida externa	1 044	389	2 052	843	41,1	117,1
Outros encargos	98	11	76	12	16,3	16,8
Subsídios	1 116	570	1 008	462	45,8	-18,9
Transferências Correntes	7 847	2 252	6 663	2 013	30,2	-10,6
Governos Estrangeiros	1 188	16	504	48	9,6	204,4
Organismos Internacionais	465	59	472	6	1,3	-89,6
Administração Pública	6 194	2 178	5 687	1 958	34,4	-10,1
Benefícios Sociais	9 179	3 781	8 316	3 483	41,9	-7,9
Outras Despesas Correntes	4 075	639	3 868	988	25,6	54,6
Valor a regularizar	0	358	0	540	-	50,6
Despesas	63 473	21 077	62 112	22 290	35,9	5,8
Ativos e Passivos	11 353	761	10 625	1 254	11,8	64,8
Ativos não Financeiros	11 353	761	10 625	1 254	11,8	64,8
TOTAL DESPESAS	74 826	21 838	72 737	23 544	32,4	7,8

Fonte: MFFE – DNOCP, a partir do SIGOF.

3.1.1. Despesas

A 31 de maio de 2022, as despesas executadas totalizaram o montante de 22.290,1 milhões de CVE, registando um acréscimo de 5,8% em relação ao executado em maio de 2021. Esta evolução resultou do aumento generalizado da execução de várias rúbricas de despesas nomeadamente, outras despesas (+54,6%), Juros correntes em (+27,7%), aquisição de bens e serviços (+12,7%), despesa com o pessoal (+5,4%), conjugado com a diminuição de despesas com subsídios (-18,9%), transferências (-10,6%) e Benefícios Sociais (-7,9%), conforme abaixo se apresenta:

- A “despesa com o pessoal” evidenciou um aumento na ordem dos 5,4% (+479,3 milhões de CVE), decorrente do aumento de despesas:

- i. com o registo atempado das despesas da Assembleia Nacional e Presidência da República, em face a adesão desses Órgãos à bancarização;
 - ii. com as contribuições à segurança social, na sequência da diminuição do tempo médio do pagamento, comparativamente ao ano de 2021; e
 - iii. com a implementação do estatuto da Direção Nacional de Receitas do Estado, que teve início em dezembro de 2021.
- A “Aquisição de bens e serviços” registou um acréscimo de 12,7% (+367,3 milhões de CVE) relativamente ao período homólogo do ano anterior, resultante do aumento das seguintes sub-rubricas: “Outros Serviços” (+171,5 milhões de CVE) na sequência da execução do projeto “Ocean Race”;
 - “Assistência Técnica – Residentes” (+124,2 milhões de CVE) com realce ao contrato para fornecimento de bens e serviços no âmbito da implementação do projeto “Sistema Integrado de Controlo de Fronteiras”, cujo valor atingiu 103,6 milhões de CVE, dado o aumento do número de passageiros e pagamento à Escola Hotelaria e Turismo de Cabo Verde no âmbito do projeto reforço da Educação e desenvolvimento das competências; “Deslocação e estadias” (+77,9 milhões de CVE) com destaque á Assembleia Nacional , Ministério da saúde, Ministério das Finanças e do Fomento Empresarial e do Gabinete do Primeiro Ministro; “Produtos Alimentares” (+64,8 milhões de CVE), com realce ao sector da educação no âmbito de fornecimento de gênero alimentícios à FICASE; “formação” (+51,7 milhões de CVE), com maior destaque ao sector da educação no âmbito do programa bolsa de Estudo; e “Energia Elétrica” (+35,6 milhões de CVE), como consequência da recentragem do tempo médio de pagamento e pagamento dos atrasados.
 - A despesa com os juros registou um acréscimo de 27,7% (+481,2 milhões de CVE), comparado com o mesmo período de 2021, resultado do aumento das despesas com os juros da dívida externa em 117,1% (+454,9 milhões de CVE), comparativamente ao período homólogo de 2021. Parte desta performance resulta da conclusão do período das moratórias.

- Os “Subsídios” registaram um decréscimo de 18,9% (-107,6 milhões de CVE), em face aos subsídios transferidos no mesmo período de 2021, no âmbito da Resolução 54/2021 de 16 de abril, resultante de indemnização compensatória anual pelas obrigações de serviço público de transporte marítimo de passageiros e cargas inter-ilhas, cujo pagamento é efetuado através do Fundo Autónomo de Desenvolvimento e Segurança do Transporte Marítimo.
- Os “Benefícios Sociais” diminuíram 7,9% (-298,0 milhões de CVE), justificado pela diminuição da rubrica outros benefícios sociais em numerário em 73,6% (-460,0 milhões de CVE), no âmbito do apoio social emergência às famílias afetadas pela pandemia da covid-19 (RSI), comparativamente a 2021. Diminuição essa que foi contrabalançada pela dinâmica esperada do aumento do número dos pensionistas do regime contributivo, impactando as rubricas de pensões de aposentação em 7,9% (+161,4 milhões de CVE) e de pensões de sobrevivência em 8,2% (+10,7 milhões de CVE).
- As “Transferências Correntes” tiveram uma diminuição de 10,6% (-239,5 milhões de CVE), comparado com o mesmo período do ano transato, devido à diminuição das transferências aos Municípios realizados anteriormente no âmbito das medidas de mitigação do impacto negativo da covid-19 e à descontinuidade da medida das transferências no âmbito da “Discriminação Positiva” para os municípios com uma população inferior a 15.000 (quinze mil) habitantes.
- As “Outras Despesas Correntes” apresentaram um aumento de 54,6% (+349,2 milhões de CVE), comparativamente ao mesmo período de 2021, decorrente do pagamento às organizações não governamentais no âmbito da subvenção do Estado referente às eleições autárquicas de outubro de 2020 e da participação da seleção nacional de futebol na CAN – Copa de África das Nações, pagamento de bolsas de estudo e outros benefícios educacionais, bem como o pagamento atempada das indemnizações.

O valor da despesa por regularizar, em maio, situou-se na ordem dos 539,7 milhões de CVE, referente aos adiantamentos efetuados às Embaixadas, que são posteriormente regularizadas, mediante a apresentação dos balancetes periódicos daquelas entidades.

3.1.2. Ativos Não Financeiros

A execução dos “Ativos Não Financeiros” ascendeu ao montante de 1.253,9 milhões de CVE, equivalente 11,8% do total do orçamento e registou uma variação positiva em termos absolutos, de 492,8 milhões de CVE, comparativamente à execução de 2021.

O montante executado decorre, essencialmente, dos seguintes projetos: “Programa de Reabilitação, Requalificação Urbana e Acessibilidades” (PRRA) com 448,8 milhões de CVE; “Reabilitação de Estradas” com uma execução de 163,8 milhões de CVE; “Construção da Nova Escola da Várzea” com uma execução de 136,5 milhões de CVE, “Reforço ao Sector da Educação” com uma execução de 46,0 milhões de CVE ; “Centro de Artesanato de S Vicente” com uma execução de 41,3 milhões de CVE; “Licença de aplicativos UTIC “ com uma execução de 39,2; “Programa de Promoção de Oportunidades Socioeconómicas e Rurais (Poser - Clima)” com uma execução de 36,5 milhões de CVE; “manutenção e aquisição de equipamentos no Hospital Central Agostinho Neto com uma execução de 29,0 milhões de CVE; e “Construção Centro Ambulatório Hospital B. Sousa” com uma execução de 26,0 milhões de CVE.

3.2. Por Tipo de Financiamento

No que tange ao financiamento das despesas, nota-se que 93,8% das despesas totais (despesas e ativos não financeiros) foram financiadas com recursos do Tesouro e 6,2% com recursos externos.

Quadro 4 - Evolução das Despesas Totais por Tipo de Financiamento

(em milhões de CVE)

Financiamento	2022 Orç	Maio	Grau Exec.	Peso %
Interno	61 480	22 077	53,2	93,8
Tesouro (Rec. Int.)	60 616	21 930	36,2	99,3
OFN	864	147	17,0	0,7
Externo	11 257	1 467	13,0	6,2
Donativo	2 444	380	15,5	25,9
Empréstimo	8 523	1 072	12,6	73,1
Ajuda alimentar	290	15	5,3	1,1
Total da Despesa	72 737	23 544	32,4	100,0

Fonte: MFFE – DNOCP, a partir do SIGOF.

Ao nível dos recursos externos:

- Os donativos, na modalidade de financiamento direto aos projetos, totalizam o montante de 379,7 milhões de CVE, equivalente a 25,9% do total do financiamento externo, sendo os financiadores com maiores execuções: o Luxemburgo com 105,6 milhões de CVE; o Fundo Internacional Desenvolvimento Agrícola com 41,3 milhões de CVE; a O.M.S com 32,8 milhões de CVE; a *Global Environment Fund* com 29,0 milhões de CVE; o Portugal com 20,3 milhões de CVE, a União Europeia com 17,6 milhões de CVE e as Nações Unidas com 16,9 milhões de CVE;
- Os empréstimos externos ascenderam ao montante de 1.071,7 milhões de CVE, equivalente a 73,1% do total do financiamento externo. Esses financiamentos foram canalizados para 13 programas, com destaque para os programas “Reforma do Estado” (409,5 milhões de CVE), “Infraestruturas Modernas e Seguras” (218,6 milhões de CVE), “Educação de Excelência” (153,5 milhões de CVE), “Garantia de acesso ao rendimento, a Educação, aos Cuidados e à Saúde” (106,5 milhões de CVE), “transformação da agricultura (54,1 milhões de CVE)”, “Desenvolvimento Integrado da Saúde (37,2 milhões de CVE)” e “Cabo Verde Plataforma do turismo” (25,3 milhões de CVE).

4. Projetos em Resposta à Covid-19

A execução orçamental dos projetos/unidades inscritos em resposta direta e indireta à covid-19, até maio de 2022, totalizaram 445,9 milhões de CVE, representando uma taxa de execução de 30,3%.

Por modalidade de financiamento, até o final do mês de maio, a execução dos projetos/unidades foi financiada pelo tesouro em 63,6%, por empréstimo em 32,2% e por donativos em 4,2%.

Quadro 5 - Despesa Covid-19 por Tipo de Financiamento

(em milhões de CVE)

Síntese de Execução Orçamental – maio 2022

MOD. FINANCIAMENTO	VALOR_ACTUAL	VALOR_PAGO	PESO %
Donativo	53,7	18,8	4,2%
Emprestimo	590,6	143,7	32,2%
Tesouro	829,3	283,4	63,6%
Total Geral	1 473,6	445,9	100,0%

Fonte: MFFE – DNOCP, a partir do SIGOF.

Dos projetos executados no período, em valores absolutos, destacam-se:

- “Prevenção e combate a Coronavírus” (240,4 milhões de CVE);
- “Implementação de rendimento social de inclusão” (118,2 milhões de CVE);
- “Preparação e resposta à Covid-19” (37,2 milhões de CVE);
- “Escola sem Covid” (12,4 milhões de CVE); e
- “Garantia de cuidados de dependentes” (7,4 milhões de CVE).

Quadro 6 – Execução dos projetos no âmbito da Covid-19

(em milhões de CVE)

FUNÇÕES DO ESTADO	FINANCIADOR	PROJETOS	VALOR ACTUAL	VALOR PAGO	GRAU EXEC.%
07.00.04 - Assuntos económicos	Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento	Reforço Da Resiliência Das Famílias Rurais No Pós Covid-19	27	5	20,0
	Banco Mundial/Emprestimo Externo	Transição Da Economia Informal A Formal	20	0	0,0
07.00.04 - Assuntos económicos Total			47	5	11,5
07.00.07 - Saúde	Banco Mundial	Preparação E Resposta A Covid-19	188	37	19,8
	DONATIVOS INTERNOS/Empresas Públicas E Privadas	Reforço Do Setor Da Saúde No Combate Ao Covid19	1	0	0,0
	O.M.S.	Reforço Do Setor Da Saúde No Combate Ao Covid19	25	13	54,1
	Organização Oeste Africana da Saúde	Prevenção E Combate A Coronavírus	1	0	0,0
	Tesouro	Prevenção E Combate A Coronavírus	464	153	32,9
		Prevenção E Combate A Coronavírus	28	5	16,3
		Reforço De Capacidade Laboratório Virologia	30	0	0,0
		Prevenção E Combate A Coronavírus	190	88	46,2
07.00.07 - Saúde Total			926	296	31,9
07.00.08 - Serviços culturais recreativos e religiosos	Tesouro	Apoio A Classe Artista Cultural - Covid-19	15	7	45,7
07.00.08 - Serviços culturais recreativos e religiosos Total			15	7	45,7
07.00.09 - Educação	Tesouro	Escola Sem Covid	27	12	45,9
07.00.09 - Educação Total			27	12	45,9
07.00.10 - Protecção social	Banco Mundial	Implementação De Rendimento Social De Inclusão	171	25	14,4
		Implementação De Rendimento Social De Inclusão	212	82	38,7
	TESOURO	Garantia De Cuidados De Dependentes	28	7	27,0
		Implementação De Rendimento Social De Inclusão	48	12	24,6
07.00.10 - Protecção social Total			458	126	27,4
Total Geral			1 474	446	30,3

Fonte: MFFE – DNOCP, a partir do SIGOF.

5. Dívida Pública

Em 31 de maio de 2022, o stock da dívida pública, excluindo os TCMF, atingiu o montante de 291.015,6 milhões de CVE, cabendo à dívida interna 90.931,7 milhões de CVE (46,8% do PIB) e à dívida externa 200.083,9 milhões de CVE (102,9% do PIB). Nesta sequência, o rácio dívida pública/PIB atingiu os 149,6%, cerca de 2,0 p.p. acima do registado em maio de 2021.

Quadro 7 – Evolução da Dívida Pública

(em milhões de CVE)

	maio 21	maio 22	Var. Hom	% PIB/21	% PIB/22
Estoque Global	266 311,3	291 015,6	9,3	147,6	149,6
Dívida Interna	81 663,6	90 931,7	11,3	45,2	46,8
Dívida Externa	184 647,7	200 083,9	8,4	102,3	102,9

Fonte: MFFE - DGT